



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2023
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2023
REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023
EXCLUSIVO ME; EPP e MEI**

A CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU - PE, com sede na Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n, centro, Igarassu - PE, CEP 53.610-025, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.887/0001-50, através de sua Pregoeira Mariana Amorim Leite Galvão, nomeada pela Portaria nº 127/2022 de 21 de julho de 2022, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17.07.2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições contidas na Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993, pela Lei Municipal n.º 3.094/2018, pelo Decreto Federal n.º 10.024/2019 e pelo Decreto Federal n.º 7.892/2013, bem como pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as estabelecidas por este edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/12/2023 a partir das 08:00

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17/01/2024 até as 08:00

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 18/01/2024 às 08:30

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 18/01/2024 a partir das 09:00

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF);

LOCAL: Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC www.bnc.org.br.

I. DO OBJETO E DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Edital a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de **MATERIAIS DE EXPEDIENTE destinados à manutenção dos serviços contínuos da Câmara Municipal de Igarassu - PE**, durante o período de 12 (doze) meses, conforme solicitação do setor de almoxarifado, Termo de Referência e demais anexos a este ato convocatório.

1.2 Formação de Registro de Preços para eventual fornecimento de material de expediente, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Igarassu, pelo período de 12 (doze) meses, tudo em conformidade com as especificações deste edital e do ANEXO I (termo de referência) deste ato convocatório.

1.3 Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema www.bnc.org.br e as presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 O objeto desta aquisição destina-se a repor os estoques de material de expediente, necessários ao pleno funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Igarassu. Desta forma, a aquisição ora pretendida objetiva viabilizar a execução das atividades rotineiras deste Poder Legislativo, desenvolvidas no exercício de suas atribuições constitucionais, mantendo a logística necessária para que se possa propiciar o melhor atendimento.

2.3 Os quantitativos registrados foram definidos mediante a coleta das necessidades existentes junto ao setor de almoxarifado da Câmara Municipal de Igarassu.

2.4 A Câmara Municipal de Igarassu, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações e Contratos, será a responsável por consolidar as demandas e realizar o procedimento licitatório.

3. DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL E DA METODOLOGIA PARA AQUISIÇÃO DO OBJETO

3.1 O valor máximo aceitável para a presente licitação será de R\$ 29.092,52 (vinte e nove mil e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos).

3.2 A aquisição do objeto deste edital dar-se-á através de procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, em conformidade com a Lei n.º 10.520/02 e, subsidiariamente, no que couber pela Lei Federal n.º 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos) e suas alterações, devendo ser utilizado o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, em virtude de se tratar de contratação frequente, cuja entrega ocorrerá de forma parcelada, destinando-se ao atendimento da Câmara Municipal de Igarassu, com fornecimento de acordo com as quantidades previstas, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preço e de acordo com a disponibilidade orçamentária e a necessidade da Administração;

4. DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O sistema de registro de preços é um meio formal para a administração pública registrar preços de determinado produto para futura e eventual aquisição. Além de não correr o risco de comprar sem necessidade, os governos podem realizar uma única licitação para serviços e/ou produtos, os quais adquirem durante todo o ano.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

4.3 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

5. DO OBJETIVO DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O presente Registro de Preços tem como objetivo “**Registrar o Preço Unitário dos Materiais de Expediente para atender as demandas internas da Câmara de Igarassu-PE.**”

6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1 A licitação será realizada por ITEM, conforme descrição constante no Anexo I a este edital, Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital.

6.2 O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS

7.1 As pessoas jurídicas ou físicas interessadas em participar da presente licitação deverão nomear através de mandato previsto no item “7.11 e 7.11.1”, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br.

7.2 Para participação no Pregão Eletrônico o licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, no sítio www.bnc.org.br, o qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital até no máximo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.3 O credenciamento junto ao provedor da Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações deste Pregão.

7.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente será dada mediante prévia definição de senha privativa.

7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC – Bolsa Nacional de Compras.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

7.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à BNC – Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.7 O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.8 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seus representantes excluídas as responsabilidades do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.9 É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na BNC – Bolsa Nacional de Compras e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.9.1 A inobservância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.10 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através da BNC – Bolsa Nacional de Compras ou pelo telefone: Curitiba-PR (42) 3026 4550 ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

7.11 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

7.11.1 Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto à Bolsa Nacional de Compras, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.

7.11.2 Especificações dos serviços objeto da licitação em conformidade com o edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação da pregoeira no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

7.12 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido pela mesma de acordo com os Planos de Adesão, a título de



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

8. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8.1 Poderão participar deste Pregão:

8.1.1 Em respeito ao Decreto Federal nº 8.538/2015, somente poderão participar deste Pregão, em sua forma Eletrônica, as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), assim definidas pelo art. 3º da Lei complementar 123/06, atualizada pela Lei Complementar nº 147/2014.

8.1.2 Os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema da Bolsa Nacional de Compras – BNC.

8.1.3 As empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação, que apresentem toda a documentação a ela exigida para o respectivo cadastramento junto a Bolsa Nacional de Compras.

8.2 Não poderão participar desta licitação:

8.2.1 Empresas que não estejam enquadradas como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI.

8.2.2 Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

8.2.3 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

8.2.4 Que não atenderem às condições deste edital e seus anexos;

8.2.5 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

8.2.6 Que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

8.3 Como condição para participação no Pregão na forma Eletrônica, o licitante assinalará “sim ou não” em campo próprio do sistema da Bolsa Nacional de Compras, relativo às seguintes declarações:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

8.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

8.3.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame;

8.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

8.3.3 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

8.3.4 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3.5 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal;

8.3.6 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2009; ANEXO IX

8.3.7 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalhos degradantes ou forçados, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

8.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e neste Edital.

9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

9.1 O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

9.1.1 Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

9.1.2 Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

9.1.3 Conduzir a sessão pública;

9.1.4 Abrir as propostas de preços;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

9.1.5 Analisar a aceitabilidade das propostas em relação aos requisitos do edital;

9.1.6 Desclassificar propostas indicando os motivos;

9.1.7 Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

9.1.8 Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

9.1.9 Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

9.1.10 Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

9.1.11 Declarar o vencedor;

9.1.12 Elaborar a ata da sessão;

9.1.13 Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

9.1.14 Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

9.1.15 Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e relacionados no sistema da Bolsa Nacional de Compras, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

10.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

10.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, e ainda posteriormente, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4 Até o horário estabelecido para o encerramento do recebimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a sua proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.5 Após o horário estabelecido para o encerramento do recebimento das propostas, estas serão disponibilizadas para análise por parte da pregoeira e nenhuma modificação poderá mais ser feita;

10.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

11.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;
- c) Fabricante;

11.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

11.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

11.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ora licitado.

11.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

11.7 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

11.7.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte do contratado, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a) Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou
- b) Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

12.2 A pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



12.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a pregoeira e os licitantes.

12.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

12.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.7.1 Os lances serão livres, não havendo intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, ressalvadas as diferenças irrisórias, as quais configuram motivo de indeferimento dos lances.

12.7.2 Para fins deste edital, considera-se diferenças irrisórias aqueles lances que pela diferença de valor insignificativo possuem objetivo apenas tumultuar, prejudicar a concorrência e o princípio da competitividade do certame, atitudes que não serão aceitas no decorrer do pregão sob pena de indeferimento dos lances.

12.8 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

12.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

12.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (DEZ) MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (DOIS) MINUTOS** do período de duração da sessão pública.

12.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (DOIS) MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

12.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

12.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

12.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.16 No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.18 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguida de lances).



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

12.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor desconto, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.21 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.22 A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado para que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital já apresentados.

12.23 Após a negociação do preço, a pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

13.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 – TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

13.4 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.5 A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema e/ou via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

13.6 É facultado a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

13.6.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados no sistema ou por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela pregoeira, sob pena de não aceitação da proposta.

13.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.8 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

13.9 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.10 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.11 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

14.1.2 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

14.2 A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.3 Constatada a existência de sanção, a pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

14.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.7 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.8 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.9 Os licitantes deverão encaminhar por meio eletrônico, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93:

14.9.1 Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

14.9.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.9.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.9.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

14.9.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem a sede matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

14.9.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.9.1.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.9.1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

14.9.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

14.9.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

14.9.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.9.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.9.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

14.9.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos – CNDT.

14.9.2.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.10 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

14.10.1 Qualificação Técnica limitar-se-á:

14.10.1.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

14.10.1.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características do objeto ora licitado.

14.10.2 Qualificação Econômico-Financeira:

14.10.2.1 Para comprovação da documentação relativa à qualificação econômico-financeira as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

14.10.2.1.7 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

14.10.2.1.8 Para licitantes com sede no Estado de Pernambuco: “Certidão Negativa de Processos Cíveis (PJe)” para Pessoa Jurídica, para Licitação, “Certidão Negativa de Licitação”, em instâncias de 1º e 2º grau, que indique a inexistência de processos de falência ou concordata tramitando nos sistemas do Processo Judicial Eletrônico. **Para os licitantes com sede em outros Estados, havendo o PJE, deve ser apresentada documentação equivalente;**

14.11 A falta de quaisquer documentos exigidos no edital implicará a inabilitação da licitante, ressalvadas as situações em que a pregoeira conceder prazo para complementação da documentação, realização de diligências e os casos previstos no artigo 48, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

14.12 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos no prazo de máximo de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

14.13 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.14 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

14.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006.

14.16 A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.18 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.19 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, por meio eletrônico ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação da pregoeira no sistema eletrônico e deverá:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

15.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada em papel timbrado da empresa, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.1.3 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.2 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso conforme constante no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

15.3 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

16. DOS RECURSOS

16.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) trinta minutos**, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2 Havendo quem se manifeste, caberá à pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.3 Nesse momento a pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.4 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.7 Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no seguinte endereço: Câmara Municipal de Igarassu, Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – centro – Igarassu – PE – CEP:53.610-025, de segunda a sexta- feira, no horário de 9:00 às 13:00 horas exceto feriados.

16.8 A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

17.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

18.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1 Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de dotação orçamentária, constante do orçamento vigente para o exercício de 2022.

01.000 – ÓRGÃO GESTOR: CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

01.100 – UNIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

0103170012.001 – GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA

8 – DOTAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

33903000 – MATERIAL DE CONSUMO

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1 O Registro de Preços será formalizado por intermédio da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** que constitui documento vinculativo obrigacional com características de compromisso para futura contratação nas condições previstas no edital.

21.2 A Câmara Municipal de Igarassu convocará o licitante vencedor para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo **de 03 (três) dias úteis** contados de sua convocação, ou poderá encaminhá-la para assinatura através de meio eletrônico, e-mail: licitacao@igarassu.pe.leg.br, para que seja assinada e devolvida pelo mesmo meio no prazo de **03 (três) dias consecutivos**, a contar da data de seu recebimento.

21.3 O prazo estabelecido no subitem anterior, para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

21.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas necessárias para o registro de todos os itens constantes do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

21.5 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

21.6 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do preço registrado preferência em igualdade de condições.

21.7 O exercício de preferência dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a aquisição por outros meios previstos em lei quando o percentual encontrado for igual ou inferior ao preço registrado, mantidas, as mesmas condições e prazos de



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

entrega e pagamento, caso em que o detentor do registro terá assegurado direito à contratação.

21.8 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como as eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

21.9 Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

22. DO TERMO DE CONTRATO E DA NOTA DE EMPENHO

22.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato ou emitido instrumento equivalente.

22.2 O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho, Carta Contrato, Autorização), sob pena de cair o direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas neste edital.

22.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura da Adjudicatária através de meio eletrônico, e-mail: licitacao@igarassu.pe.leg.br para que seja assinado ou aceito no prazo de **03 (três) dias consecutivos**, a contar da data de seu recebimento.

22.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

22.4.1 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

22.4.2 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

22.4.3 Na hipótese de a adjudicatária não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o Contrato, a administração, sem



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação do cadastro reserva, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares, e feita a negociação, assinar o contrato.

22.5 É vedada a subcontratação do objeto deste Termo de Referência, no todo ou em parte;

22.6 A Administração convocará oficialmente a empresa, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, aceitar e retirar a nota de empenho, sob pena de decair o direito à contratação;

22.7 A recusa injustificada do adjudicatário em receber a Nota de Empenho implicará no descumprimento total do compromisso assumido, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

22.8 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

23.1 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.

24. DO FORNECIMENTO DO OBJETO

24.1 O fornecimento do objeto se realizará conforme as necessidades da Câmara Municipal de Igarassu - PE, mediante emissão de Ordem de fornecimento, expedido pelo setor competente.

24.2 O fornecimento, do objeto licitado será efetuado pelo licitante contratado no **prazo de 07 (sete) dias consecutivos**, obedecendo aos seguintes procedimentos:

24.2.1 Será feito de forma parcelada ao longo da vigência contratual através de ordens de fornecimento que informarão as quantidades, características, e prazo máximo de entrega permitido.

24.3 Não serão aceitos fornecimentos feitos em desacordo com o contido nas



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

autorizações.

24.4 Os Materiais de Expediente deverão ser entregues pela contratada no prédio sede da CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU – Rua Capitão Afonso Gonçalves, s/n – centro – Igarassu - PE, de segunda a sexta-feira, das 09:00 às 12:00 hs, exceto feriados.

24.5 A Câmara Municipal de Igarassu se reserva no direito de requisitar o objeto licitado de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação vigente, observando-se sempre as regras estabelecidas neste edital e no respectivo contrato.

24.6 O objeto desta licitação será recebido da seguinte forma:

24.6.1 **Provisoriamente** – No ato da entrega dos Materiais de Expediente, porservidor designado pela administração como fiscal do contrato, para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do edital, da proposta e do contrato. Não havendo qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento.

24.6.2 **Definitivamente** – por uma comissão de recebimento, nomeada pela Administração contratante, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação.

24.7 Só serão aceitos o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com os itens anteriores e as especificações mínimas exigidas abaixo:

24.7.1 Identificação do produto;

24.7.2 Embalagem original e intacta;

24.7.3 Data de fabricação;

24.7.4 Data de validade;

24.7.5 Número do Lote;

24.7.6 Nome do fabricante;

24.8 A Câmara Municipal de Igarassu se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os fornecimentos que desatendam as exigências deste edital e seus anexos, devendo as falhas apontadas serem imediatamente encaminhadas à contratada para a devida correção no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

penalidades aplicáveis.

24.9 O recebimento do objeto licitado e ao final contratado será procedido, com observância às disposições acima descritas e no disposto no art. 73, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

25. DA FISCALIZAÇÃO

25.1 A Câmara Municipal de Igarassu nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, designará representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

25.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

25.3 O representante da Câmara Municipal de Igarassu anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

26.1 São obrigações da Contratante:

26.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

26.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

26.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

26.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

26.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

26.2 A Câmara Municipal de Igarassu não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

27. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

27.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

27.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

27.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

27.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Edital, o objeto com avarias ou defeitos;

27.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

27.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

27.1.6 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

29. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

29.1 O prazo da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

30. DO CONTRATO

30.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura prorrogável na forma do art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93.

31. DO PAGAMENTO

31.1 O pagamento do fornecimento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias corridos após a emissão, por parte da Contratada, da documentação fiscal e contábil e a devida aprovação do setor responsável pelo recebimento dos produtos.

31.2 O pagamento será por meio de transferência bancária em favor da contratada, através de ordem bancária, na entidade bancária indicada na proposta, cabendo ao interessado informar com clareza o nome do banco, assim como os números da respectiva agência e da conta-corrente em que deverá ser efetivado a transferência;

31.3 É condição para o processamento do pagamento a apresentação por parte da empresa da Nota Fiscal (is)/Fatura(s) referente(s) ao(s) objeto(s) regularmente fornecido(s).

31.4 A Administração reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s)



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

Fiscal(is)/Fatura(s) a serem pagas, qualquer débito existente da empresa em consequência de penalidade aplicada durante o fornecimento do objeto;

31.5 Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetária do valor inicial;

31.6 Quando ocorrerem eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

32. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 32.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520/2002, o licitante/adjudicatário que:
- 32.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta
 - 32.1.2 Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
 - 32.1.3 Apresentar documentação falsa;
 - 32.1.4 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 32.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 32.1.6 Não mantiver a proposta;
 - 32.1.7 Cometer fraude fiscal;
 - 32.1.8 Comportar-se de modo inidôneo;

32.2 As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

32.3 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

32.4 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- c) Suspensão ao direito de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Igarassu – PE e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

32.5 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

32.6 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

32.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

32.8 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

32.9 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

32.10 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

32.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

33. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

33.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

33.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

33.3 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes, serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

33.4 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada, acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

34. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

34.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à pregoeira, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, e/ou no seguinte endereço: licitacao@igarassu.pe.leg.br

34.2 A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

34.3 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

35. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

35.1 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

35.2 Caberá à pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

35.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

35.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

35.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

36. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

36.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

36.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela pregoeira.

36.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

36.4 No julgamento das propostas e da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

36.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

36.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

36.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

36.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

36.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

36.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

36.11 O Edital está disponibilizado na íntegra no endereço eletrônico nos **sites**: <https://www.igarassu.pe.leg.br> (portal da transparência); www.bnc.org.br e ainda através do e-mail: licitacao@igarassu.pe.leg.br

36.12 Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na sede da Câmara Municipal de Igarassu, à Rua Capitão Afonso Gonçalves s/nº, Centro - Igarassu – PE, CEP 53610-025 e ainda através do e-mail: licitacao@igarassu.pe.leg.br

36.13 As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites: <https://www.igarassu.pe.leg.br> – Portal da Transparência; www.bnc.org.br; bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Pernambuco – AMUPE e/ou Diário Oficial da União, quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

36.14 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e deverão ser inclusos no sistema os seguintes anexos os quais deverão ser anexados ao sistema:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

ANEXO III – Declaração Habilitação;

ANEXO IV – Declaração de enquadramento ME/EPP;

ANEXO V – Declaração de Inexistência de Fatos



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

Impeditivos;

ANEXO VI – Declaração de Cumprimento ao artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal;

ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO VIII – Minuta do Contrato;

ANEXO IX – Declaração de Independência da Proposta

Igarassu, 28 de dezembro de 2023.

MARIANA AMORIM LEITE GALVÃO

Pregoeira

IVANGELA CÂMARA BARBOSA
Equipe de Apoio

FLÁVIA GOMES DE OLIVEIRA
Equipe de Apoio



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente destinados ao consumo na Câmara Municipal de Igarassu com entregas parceladas, por um período de 12 (doze) meses.

2. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição se justifica pela necessidade de reposição do estoque de materiais do Almoxarifado, tendo em vista a proximidade do término do contrato vigente. Os materiais deverão ser originais, novos, de primeira linha e devem respeitar os quantitativos descritos nas especificações abaixo. Ressaltamos que a não aquisição do material objeto deste Termo de Referência, poderá prejudicar as atividades desenvolvidas nesta Casa Legislativa.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A aquisição objeto deste Termo de Referência está embasada na Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, e demais normas pertinentes.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1 A metodologia para o cálculo do valor unitário dos itens foi mediante a média aritmética de no mínimo 03 (três) preços públicos.

4.2 O valor total estimado da licitação é de R\$29.092,52 (vinte e nove mil e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos).

4.3 O valor orçado para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores elaborado pela Câmara Municipal de Igarassu. Os preços indicados não vinculam os licitantes, os quais poderão adotar valores que correspondam à competitividade e economicidade de sua proposta, desde que atendam os fatores e critérios de julgamento estabelecidos neste Termo, viabilizando apresentação de propostas mais vantajosas para Administração.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

5. ESPECIFICAÇÃO/QUANTIDADE:

LOTE	ITEM	UND.	QTDE.	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	CAIXA	4	Alfinete para mapa tipo taça colorido, tamanho: 6mm. Caixa com 50 unidades.	R\$9,28	R\$37,10
	2	UND	10	Apontador de lápis de plástico, com lâmina de aço inox, simples com depósito.	R\$1,88	R\$18,84
	3	UND	40	Bloco de lembrete descartável autoadesivo; com adesivo reposicionável, cola e descola com facilidade, sem danificar a superfície onde é aplicado, ideal para anotar recados. Embalagem contendo 04 blocos de 100 folhas - dimensões aproximadas: 38mmx50mm.	R\$7,24	R\$289,43
	4	UND	20	Bloco de lembrete descartável autoadesivo; com adesivo reposicionável, cola e descola com facilidade, sem danificar a superfície onde é aplicado, ideal para anotar recados. Embalagem contendo 01 bloco de 100 folhas - dimensões aproximadas: 76mmx76mm.	R\$4,36	R\$87,10
	5	CAIXA	1	Borracha branca, borracha isenta de pvc, cargas inertes e pigmentos atóxicos. Medidas aproximadas: 43 x 29 x 13 mm. Produto certificado pelo inmetro. Caixa com 50 unidades.	R\$28,43	R\$28,43
	6	UND	10	Calculadora de mesa 12 dígitos, dupla alimentação: solar e a bateria, teclado com memória, cálculo de percentuais simples.	R\$19,49	R\$194,89



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

7	CAIXA	6	Caneta esferográfica azul - 0.7mm (tampa e tampinha na cor da tinta, tampa antiasfixiante, esfera de tungstênio, ponta latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes). Caixa com 50 unidades.	R\$35,42	R\$212,51
8	CAIXA	3	Caneta esferográfica preta - 0.7mm (tampa e tampinha na cor da tinta, tampa antiasfixiante, esfera de tungstênio, ponta latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes). Caixa com 50 unidades.	R\$31,59	R\$94,78
9	CAIXA	2	Caneta esferográfica vermelha - 0.7mm (tampa e tampinha na cor da tinta, tampa antiasfixiante, esfera de tungstênio, ponta latão, resinas termoplásticas, tinta à base de corantes orgânicos e solventes). Caixa com 50 unidades.	R\$32,49	R\$64,98
10	CAIXA	2	Caneta marca texto fluorescente, cor amarelo, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Caixa c/ 12.	R\$25,32	R\$50,64
11	CAIXA	1	Caneta marca texto fluorescente, cor azul, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Caixa c/ 12.	R\$20,31	R\$20,31
12	CAIXA	1	Caneta marca texto fluorescente, cor laranja, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Caixa c/ 12.	R\$23,51	R\$23,51
13	CAIXA	1	Caneta marca texto fluorescente, cor rosa, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor	R\$24,68	R\$24,68



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

				da tinta. Caixa c/ 12.		
14	CAIXA	2		Caneta marca texto fluorescente, cor verde, ponta chanfrada, para traço de 4mm, tampa na mesma cor da tinta. Caixa c/ 12.	R\$24,45	R\$48,90
15	CAIXA	50		Clips 2/0 (galvanizado, composição: arame de aço revestido, não perecível, prazo de validade indeterminado). Caixa com 100 unidades.	R\$3,84	R\$192,00
16	CAIXA	50		Clips 3/0 (galvanizado, composição: arame de aço revestido, não perecível, prazo de validade indeterminado). Caixa com 100 unidades.	R\$3,48	R\$174,20
17	CAIXA	50		Clips 4/0 (galvanizado, composição: arame de aço revestido, não perecível, prazo de validade indeterminado). Caixa com 100 unidades.	R\$3,40	R\$170,05
18	CAIXA	50		Clips 6/0 (galvanizado, composição: arame de aço revestido, não perecível, prazo de validade indeterminado). Caixa com 100 unidades.	R\$4,32	R\$215,84
19	UND	20		Cola bastão lavável e não tóxica, composta de produtos à base de polímeros e glicerina ou éter de polylocosídeos; uso em papéis, fotografias e tecidos; tubo com no mínimo 40g.	R\$5,93	R\$118,55
20	UND	30		Corretivo líquido à base de água e pigmentos brancos, não tóxico, composição básica: resina, água, plastificantes e pigmentos não tóxicos; frasco com, no mínimo, 18ml.	R\$2,76	R\$82,65



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

21	CAIXA	4	Envelope saco 80gr para folha tamanho A4, dimensões aproximadas 240mm x 340mm – cor branca. Caixa contendo 250 unidades.	R\$136,65	R\$546,58
22	CAIXA	10	Envelope carta ofício, dimensões aproximadas 114x229mm - cor branca 63g, Caixa com 100 unidades.	R\$79,54	R\$795,35
23	CAIXA	4	Envelope saco 80gr, dimensões aproximadas 176mm x 250mm – cor branca. Caixa com 250 unidades.	R\$97,68	R\$390,73
24	UND	20	Estilete com lâmina de aço largo, com lâmina de aproximadamente 18 mm. Com trava de segurança, resina termoplástica e lâmina em aço inox.	R\$6,36	R\$127,22
25	CAIXA	10	Extrator de grampo (aço galvanizado, espátula - 150 mm de comprimento, 15mm de largura, aproximadamente) caixa com 12 unidades.	R\$39,35	R\$393,50
26	UND	20	Fita adesiva - em prolipileno, transparente, 45mmx50m	R\$5,99	R\$119,72
27	UND	20	Fita adesiva- em prolipileno, transparente, 12mmx50m	R\$3,43	R\$68,53
28	UND	15	Grampeador em metal, base plástica ou emborrachada, para grampo 26/6, medindo aproximadamente 20cm de comprimento x 9,0cm de altura x 5,0cm de largura (admitindo-se 2cm para mais ou para menos), cor preta.	R\$18,26	R\$273,89
29	CAIXA	30	Grampo p/grampeador - em aço galvanizado, tamanho 26/6. Caixa com 5000	R\$9,60	R\$287,85



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

				unidades.		
30	CAIXA	10		Grampo trilho encadernador macho e fêmea, material plástico, comprimento 9cm, tipo lingueta, aplicação fixação folhas em processos, características adicionais haste 9cm, capacidade 600 folhas, caixa com 50 unidades.	R\$17,84	R\$178,37
31	UND	10		Livro de ponto - 100 folhas, capa dura, formato: 215x315mm, papel 56g/m2	R\$22,82	R\$228,22
32	UND	10		Livro de protocolo - 104 folhas, capa dura, formato: 154x216mm. Papel 56g/m2	R\$18,15	R\$181,54
33	UND	20		Marcador de página adesivo flags de papel, dimensões aproximadas 76 mm x 15 mm - Pacote com 200 folhas	R\$12,40	R\$248,00
34	CAIXA	50		Papel ofício A4 500 folhas por pacote (ultra branco, 210x297mm, 75g/m2). Caixa com 10 pacotes.	R\$269,62	R\$13,481.10
35	UND	50		Pasta A-Z - em papelão, formato ofício, lombo largo, com ferragem de alavanca cromada, visor e índice alfabético.	R\$16,56	R\$827,85
36	UND	50		Pasta plástica - dimensões aproximadas de 245mmx335mm, com aba elástica, em plástico, fina.	R\$5,44	R\$272,00
37	UND	50		Pasta plástica - dimensões aproximadas 245mmx335mm, com aba elástica, em plástico, lombada 18mm.	R\$5,25	R\$262,63
38	UND	50		Pasta plástica - dimensões aproximadas 245mmx335mm, com aba elástica, em plástico, lombada 30mm.	R\$5,04	R\$251,79



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

39	UND	50	Pasta plástica - dimensões aproximadas 245mmx335mm, com aba elástica, em plástico, lombada 20mm.	R\$4,27	R\$213,72
40	UND	50	Pasta plástica - dimensões aproximadas 245mmx335mm, com aba elástica, em plástico, lombada 40mm.	R\$4,77	R\$238,38
41	UND	600	Pasta suspensa - em cartão marmorizado plastificado, 620g/m2, formato officio, com cabides plásticos, visor de acetato e etiqueta, na cor parda.	R\$4,70	R\$2.821,98
42	UND	30	Pen drive, capacidade 16 gb, interface: usb 2.0, taxa de transferência: 12 mb, instalação: plug and play, led – indicador para ligado, sistema de power-saving, compatível com: windows 98 se, windows me, windows 2000, windows xp ou superior, apple mac os 9.0 ou 9.2-10.	R\$29,21	R\$876,42
43	UND	10	Perfurador papel, material: metal, tipo: grande, capacidade perfuração: mínimo 50 folhas características adicionais: com marginador e e escala, quantidade furos: 2 unidades.	R\$91,24	R\$912,38
44	UND	15	Prancheta portátil, material acrílico, tamanho officio (comprimento 350mm, largura 240mm, espessura 2mm), cor fumê, características adicionais com prendedor de metal e cantos arredondados.	R\$14,95	R\$224,18
45	PCT	15	Prendedor organizador de papel binder tamanho aproximado 52mm. Pacote com 12 unidades.	R\$28,48	R\$427,18



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

46	UND	50	Régua - em plástico, transparente, 30cm.	R\$3,00	R\$149,95
47	UND	20	Tesoura - lâmina: aço inox (10,5cm), cabo: resina termoplástica, comprimento total: 21cm.	R\$23,20	R\$464,00
48	CAIXA	1	Lápis preto n.02 formato cilíndrico, corpo revestido em madeira 100% reflorestada e certificado fsc (constando na embalagem), Caixa com 50 unidades.	R\$42,59	R\$42,59
49	UND	100	Álcool líquido 70%, garrafa de 1L.	R\$11,29	R\$1.128,50
50	PCT	20	PILHA modelo AAA (3A), não recarregável, alcalina, tensão nominal 1,5 V. Pacote com 02 unidades.	R\$11,86	R\$237,15
51	PCT	20	PILHA modelo AA (2A), não recarregável, alcalina, tensão nominal 1,5 V. Pacote com 02 unidades.	R\$10,49	R\$209,87
52	UND	5	Marcador permanente p/ cd/dvd cor azul - ponta média 1,0 mm.	R\$6,21	R\$31,04
53	UND	5	Marcador permanente p/ cd/dvd cor preto - ponta média 1,0 mm.	R\$6,33	R\$31,65
VALOR TOTAL:					R\$29.092,52

6. DO FORNECIMENTO E DA ENTREGA

6.1 A aquisição será de acordo com a necessidade da Câmara Municipal de Igarassu, após a assinatura e publicação do Instrumento Contratual, mediante apresentação de Ordem de Fornecimento devidamente encaminhada por meio eletrônico (email), com identificação do servidor público responsável.

6.2 Os produtos deverão ser entregues em até 05 (cinco) dias corridos na Câmara Municipal de Igarassu, situada a Rua Cap. Afonso Gonçalves s/nº, Centro, Igarassu/PE, e horários 07h as 13h de segunda feira a sexta feira os quais estarão designados na Ordem de Fornecimento, sem qualquer ônus adicional, tais como: transporte, alimentação e hospedagem.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

6.3 Os produtos deverão ser entregues com validade mínima de acordo com o rotulo.

6.4 O não fornecimento do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Processo Licitatório, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 8.666, de 1993.

7. DO RECEBIMENTO

7.1 Os produtos serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, em até 2 (dois) dias para averiguação, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará em 2(dois) dias do recebimento provisório.

c) Na hipótese de a verificação a que se refere à alínea “b” não ser procedida dentro do prazo acima fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8. DOS RECURSOS

8.1. As despesas decorrentes do Processo Licitatório serão empenhadas a cargo da Dotação Orçamentária vigente.

Projeto/Atividade: 0103170012.001

Dotação Orçamentária: 33903000

9. DO PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado em até 30 dias, após o recebimento da Nota Fiscal entregue na Câmara Municipal de Igarassu, no endereço Rua Cap. Afonso Gonçalves s/nº, Centro, Igarassu/PE.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

a) Data de emissão;

b) Estar endereçada a Câmara Municipal de Igarassu, situada a Rua Cap. Afonso Gonçalves s/nº, Centro, Igarassu/PE, no seguinte CNPJ nº 11.451.887/0001-50.

c) O valor unitário;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

d) O valor total;

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à contratada antes de paga ou relevada eventual multa que lhe tenha sido aplicada.

10. DA VIGÊNCIA

10.1 A vigência do instrumento contratual será de 12 meses a contar de sua assinatura, podendo ser aditivado nos moldes da Lei.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 A Contratada obriga-se a:

a) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições de consumo, no prazo e local indicados pela Câmara Municipal de Igarassu, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, tipo, procedência e prazo de validade;

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

b.1) O dever previsto nesta alínea implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (dias), o produto com avarias ou defeitos.

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Câmara Municipal de Igarassu, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar à Câmara Municipal de Igarassu, no prazo máximo de 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

e) Manter, durante toda a execução do instrumento contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução das obrigações assumidas na Licitação.



12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 A Contratante obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente os produtos, disponibilizando local, data e horário;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado através de Portaria;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1 A fiscalização da Execução do Instrumento Contratual será exercida por um representante da Câmara Municipal de Igarassu, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da futura contratação.

13.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implica em co-responsabilidade da Administração Municipal, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3 O fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços anotará todas as ocorrências relacionadas com a execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação serão aquelas previstas no Instrumento Convocatório, bem como na Lei Federal nº 8.666, de 1993.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU
Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

Igarassu/PE, 07 de dezembro de 2023.

Lucas Henrique Veloso de Santana
Equipe de planejamento

Maria Karolina Ciríaco Fragoso
Equipe de Planejamento



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (Licitante Vencedora)

REF.: PE n.º 005/2023 – PL n.º 005/2023

Apresentamos nossa proposta para a aquisição de: **material de expediente, nos termos das especificações do edital e do ANEXO 1**, para a Câmara Municipal de Igarassu/PE.

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

NOME DA EMPRESA:	
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
REPRESENTANTE e CARGO:	
RG e CPF:	
ENDEREÇO e TELEFONE:	
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:	

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTD	V. UNIT	V. TOTAL
**	(Inserir de acordo com o Termo de Referência)	*****	*****	vide TR	R\$ * .***, **	R\$ ** .***, **
**	(Inserir de acordo com o Termo de Referência)	*****	*****	vide TR	R\$ * .***, **	R\$ ** .***, **
**	(Inserir de acordo com o Termo de Referência)	*****	*****	vide TR	R\$ * .***, **	R\$ ** .***, **
**	(Inserir de acordo com o Termo de Referência)	*****	*****	vide TR	R\$ * .***, **	R\$ ** .***, **
TOTAL						R\$ ** .***, **
***** valor por extenso *****						

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara **conhecer e aceitar** TODOS os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Termo de Referência, ANEXO I do Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

Obs.: No preço proposto já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre o valor da contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

_____, _____ de _____ de 2023.

(assinatura do responsável)

ATENÇÃO:

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente (contendo o CNPJ) e assinada **ELETRONICAMENTE**.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(PE n.º 005/2023; Processo n.º 005/2023)

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(art. 4º, INC. VII, LEI FEDERAL N.º 10.520/02)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio do seu representante legal, Sr.º(a) _____, portador(a) da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do certame, PROCESSO N.º 005/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2023.

_____, ____ de _____ de 2023.

(assinatura da empresa/responsável)

ATENÇÃO:

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente (contendo o CNPJ) e assinada **ELETRONICAMENTE.**

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

(PE n.º 005/2023; Processo n.º 005/2023)

A empresa _____, inscrita no
CNPJ n.º _____, localizada na
rua _____ n.º _____,
Bairro _____, Cidade _____,
UF _____, DECLARA para os devidos fins, e, especificamente para participação na
licitação acima epigrafada, que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos
estabelecidos no artigo 3º da Lei Municipal n.º 3.094/18 (artigo 3º da Lei Complementar Federal
n.º 123/06), estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 23 a 29
(artigos 42 a 49 da Lei Federal Complementar n.º 123/06) da referida Lei.

_____ de _____ de 2023.

(assinatura da empresa/responsável)

ATENÇÃO:

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente (contendo o CNPJ) e assinada **ELETRONICAMENTE.**



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(PE n.º 005/2023; Processo n.º 005/2023)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio do seu representante legal, o (a) Sr.(ª) _____, portador(a) da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo (a) _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, e que NÃO foi declarada inidônea, nem está suspensa de participar de licitações no município de Igarassu/PE, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 2023.

(assinatura da empresa/responsável)

ATENÇÃO:

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente (contendo o CNPJ) e assinada **ELETRONICAMENTE**.

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ARTIGO 7º, INC. XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(PE n.º 005/2023; Processo n.º 005/2023)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio do seu representante legal, o(a) Sr.º(a) _____, portador(a) da carteira de identidade n.º _____, expedida pelo(a) _____, DECLARA para os devidos fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93 (acrescido pela Lei Federal n.º 9.854/99), que não possui, em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, em observância ao artigo 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2023.

(assinatura da empresa/responsável)

ATENÇÃO:

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente (contendo o CNPJ) e assinada ELETRONICAMENTE.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO MATERIAL DE EXPEDIENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE, conforme o **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 005/2023, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 005/2023**, nos termos da LEI FEDERAL N.º 10.520/02, LEI FEDERAL N.º 8.666/93 e DECRETO FEDERAL N.º 7.892/13.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 11.451.887/0001-50, localizada na rua Capitão Afonso Gonçalves, n.º 14, Centro, Igarassu – PE, CEP 53.610-025, neste ato representada pelo Presidente da Casa, o Sr. **Luiz Cavalcante dos Passos Júnior**, portador do RG 5.934.374, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 044.796.114-44, doravante denominada simplesmente

ÓRGÃO **GERENCIADOR**, e a empresa

*****), Pessoa Jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ****.***.*/****_**, localizada na

*****), neste ato representada pelo(a)

seu(ua) sócio(a) administrador(a), o(a) Sr.º(a) *****), inscrito(a) no CPF/MF sob

o n.º ***.***.***_**, e portador(a) do RG n.º *..***.*** ***/**, residente na

*****), daqui por diante denominada

simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma do Decreto Federal n.º 7.892/13, firmar a

presente Ata de Registro de Preço, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica da Câmara Municipal,



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU/PE**, com o(s) item(ns) abaixo relacionado(s), conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I do Edital, Termo de Referência, do Pregão Eletrônico Nº. 005/2023:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID.	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
***	***** ****	*****	Unid.	***** *	R\$ *.***, **	R\$ **.***, **

1.2. O Sistema de Registro de Preço NÃO obriga a contratação, nem na(s) quantidade(s) indicadas no Anexo I do Edital, nem nesta Ata de Registro de Preço, podendo a Administração **promover a contratação em unidades de acordo com suas necessidades**.

1.3. Os preços registrados cobrem todas as despesas inerentes ao fornecimento do(s) item(ns) acima descrito(s) e demais ônus que, porventura, possam recair sobre o mesmo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta Ata de Registro de Preço, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o ÓRGÃO GERENCIADOR **não será obrigado** a contratar o fornecimento referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preço, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR REGISTRADO, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

- 2.3.** O ÓRGÃO GERENCIADOR poderá ainda, cancelar esta Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas, garantindo ao FORNECEDOR REGISTRADO, nestes casos, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

- 3.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis.
- 3.2.** O preço registrado e a indicação do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, detentor da Ata, serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico.
- 3.3.** A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR convocar o FORNECEDOR REGISTRADO para negociar o novo valor.

§1º. Caso o FORNECEDOR REGISTRADO se recuse a baixar os seus preços, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação, e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

- 3.4.** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preço, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTROLE DO PREÇO REGISTRADO

- 4.1.** O ÓRGÃO GERENCIADOR adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

- 5.1.** O FORNECEDOR REGISTRADO terá o seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

- b) Não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
 - c) Houver razões de interesse público.
- 5.2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do(a) Ordenador(a) de Despesas.
- 5.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA SEXTA - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 6.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será divulgado no Diário Oficial da Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 7.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:
- a) Cumprir e fazer cumprir todas as normas estabelecidas no Edital de licitação, inclusive em seus anexos;
 - b) Praticar todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preço;
 - c) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. São obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO:
- a) Realizar o perfeito fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preço nas condições e prazos estabelecidos no Edital, inclusive em seus anexos;



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

- b) Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preço, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA NONA - DO LOCAL DA ENTREGA

- 9.1. O fornecimento dos objetos desta Ata de Registro de Preço, serão entregues no setor de almoxarifado da Câmara Municipal de Igarassu, situada à rua Capitão Afonso Gonçalves, S/N; Centro(sítio histórico); Igarassu/PE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO

- 10.1. O fornecimento será parcelado, segundo a solicitação expressa e inequívoca do ÓRGÃO GERENCIADOR;
- 10.2. O FORNECEDOR REGISTRADO deverá estar **apto a iniciar** o fornecimento em até 7 (**sete**) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Empenho;
- 10.3. Os materiais serão recebidos **provisoriamente** no momento da entrega, apresentada a nota fiscal eletrônica ou DANFE, para que sejam averiguadas as especificações;
- 10.4. O objeto será recebido **definitivamente** se achado em perfeitas condições de utilização, no prazo máximo de 10 dias úteis do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES E DO PRAZO DE PAGAMENTO

- 11.1. Os pagamentos serão efetuados em até **30 (trinta) dias** corridos, comprovada a manutenção das exigências da habilitação e **atesto** da conformidade do fornecimento com o discriminado na respectiva **Nota Fiscal**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ADESÃO

- 12.1. Sob hipótese alguma será concedida Adesão a presente Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

- 13.1.** Para dirimir, na esfera judicial, quaisquer questões sobre a presente Ata de Registro de Preço, será competente o foro da Comarca de Igarassu/PE.
- 13.2.** Para firmeza, e como prova de assim haver, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preço que, lida e achada conforme, é assinada em 3 (três) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, sendo arquivada uma via na Procuradoria da Câmara Municipal.

Igarassu/PE, _____ de _____ de 2023.

ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR REGISTRADO

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF

2. _____

CPF

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2023

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS EXPEDIENTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU E EMPRESA

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.451.887/0001-50, com sede na Rua Cap. Afonso Gonçalves, s/n – Centro, Igarassu/PE, representado legalmente pelo Presidente do Poder Legislativo, o Sr. **Luiz Cavalcante dos Passos Jr.**, brasileiro casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº 5934374 - SSP/PE, e como **CONTRATADA** a empresa **.....**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **.....**, localizada na **.....**, neste ato representada pelo seu Diretor/administrador, o Sr. **.....**, inscrito no CPF/MF Nº **.....**, inscrito no RG sob nº **.....** SDS/PE, residente e domiciliado à **.....**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS

Pelo presente instrumento, e, na melhor forma de direito, as partes anteriormente individuadas e devidamente qualificadas, resolvem consoante a autorização exarada nos autos de Dispensa de Licitação, pactuar o presente contrato que será em tudo regido pela Lei

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

Federal nº 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e nas cláusulas que aceitam e mutuamente se outorgam.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato a contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para a Câmara Municipal de Igarassu.

ITEM	UND	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UNIT.R\$	VALOR TOTAL R\$
***	*****	*****	*****	R\$ *****	R\$ *.***,**
***	*****	*****	*****	R\$ *****	R\$ *.***,**
***	*****	*****	*****	R\$ *****	R\$ *.***,**
VALOR TOTAL:					R\$ *****

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste CONTRATO, por extrato, no átrio da Câmara Municipal de Igarassu e no Diário Oficial da AMUPE (Associação Municipalista de Pernambuco), até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

As despesas decorrentes do presente Contrato, no presente exercício correrão por dotação própria:

Projeto/Atividade:

Dotação Orçamentária:

CLÁUSULA QUINTA - DA ENTREGA E CONDIÇÕES DOS PRODUTOS

A entrega dos produtos ora adquiridos, será feita dentro das seguintes condições:

- I. Os produtos ofertados deverão apresentar boa qualidade;
- II. Os produtos deverão ser entregues conforme solicitação na Sede da Câmara Municipal de Igarassu, sito à Rua Cap. Afonso Gonçalves, s/n, Centro, Igarassu/PE, e nas quantidades solicitadas através de requisição, até o 5º (quinto) dia útil do mês;
- III. Não serão aceitos produtos diferentes dos solicitados;
- IV. A nota fiscal dos produtos deverá ser entregue no ato da entrega dos mesmos;
- V. Os produtos licitados devem apresentar rotulagem obrigatória adequada com as normas vigentes;
- VI. Os produtos licitados deverão obrigatoriamente, ser entregues conforme embalagens e pesos descritos no Termo de Referência;
- VII. Se solicitado ao estabelecimento, o mesmo deverá apresentar amostra dos produtos para análise de qualidade;
- VIII. Os produtos não serão aceitos diferente dos solicitados.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses após a assinatura do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

- I. Fornecer à CONTRATADA todos os elementos que se fizerem necessários à compreensão das condições contratuais, colaborando com a mesma, quando solicitada, no seu estudo e interpretação.
- II. Designar servidor para atuar como fiscal do contrato, ao qual competirá receber, conferir e avaliar o objeto do contrato, bem como dirimir as eventuais dúvidas que poderão surgir durante a execução do contrato.
- III. Efetuar os pagamentos devidos, na forma e condições estabelecidas no Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Fornecer à CONTRATANTE o objeto do presente contrato, nas quantidades e discriminações constantes da sua proposta de preços, conforme solicitação devidamente autorizada pelo setor competente da CONTRATANTE.
- II. Responsabilizar-se pelo pagamento de todas e quaisquer despesas e encargos exigidos pelas autoridades, inclusive os tributos e taxas federais, estaduais e municipais, que incidam ou que venham a incidir em decorrência deste contrato, assim como os respectivos adicionais.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE REAJUSTE

- I. O total do fornecimento ora contratado é de R\$ constante na Adesão da Ata de Registro de Preços nº .../2023, Processo Licitatório nº .../2023, Pregão Eletrônico nº .../2023, entendido como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto, desde que efetiva e comprovadamente fornecidos em perfeitas condições de uso.
- II. Os preços ajustados permanecerão fixos e irremovíveis durante o período de vigência do Contrato.
- III. Todos os impostos, taxas e demais encargos de quaisquer naturezas, deverão estar incluídos nos preços unitários dos produtos cotados pela Contratada e objeto

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

do contrato, excluindo-se a Contratante de qualquer ônus decorrente desses elementos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à entrega dos produtos solicitados pela Câmara Municipal de Igarassu, mediante transferência bancária.

Banco:

Agência:

Conta nº:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PELO INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

Em caso de inadimplemento, aplicar-se-ão as sanções nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, a serem aplicadas como segue:

- I. Advertência.
- II. Multa por inexecução parcial da obrigação: 10% (dez por cento) sobre o valor do mês referente a infração cometida.
- III. Multa por inexecução total da obrigação: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.
- IV. Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

- a) As multas poderão ser descontadas dos pagamentos a serem feitos à CONTRATADA.
- b) A aplicação das multas independe da aplicação das demais sanções.
- c) As multas não impedirão a rescisão unilateral, nem prejudicarão a aplicação do disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- d) A aplicação de quaisquer sanções referidas neste dispositivo, não afasta a responsabilização civil, administrativa da CONTRATADA, pela inexecução total ou parcial do objeto ou pela inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Os preços ajustados permanecerão fixos e irreeajustáveis durante o período de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

- I. O presente Instrumento Contratual poderá ser rescindido nas seguintes condições, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas por leis posteriores.
- II. Pelo **CONTRATANTE**: a) Unilateralmente, em caso de inexecução do objeto contratado, bem como variação de interesse, nos termos do art. 58, I, c/c 79, I, da Lei nº 8.666/93. Não sendo permitida essa a CONTRATADA, por se tratar de preceito de ordem pública, em que se observa o interesse público, e atribuível, tão somente, ao Ente Federativo.
- III. Por **ambas as partes**:
 - a) Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, tornando absolutamente inviável a execução do Contrato.

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FISCAL DO CONTRATO

A CONTRATANTE designará servidor como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, cabendo proceder ao registro das ocorrências, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo como parâmetro os resultados previstos nos contratos determinando o que for necessário à regularização das faltas ou possíveis irregularidades observadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Igarassu para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 3 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Igarassu,

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU

Luiz Cavalcante dos Passos Jr.
Presidente da Câmara Municipal de Igarassu
CONTRATANTE

CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU
Casa de Duarte Coelho – Igarassu - Pernambuco

CONTRATADO

TESTEMUNHA 1:

CPF/MF:

TESTEMUNHA 2:

CPF/MF:



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU
CÂMARA MUNICIPAL DE IGARASSU
Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco
Casa de Duarte Coelho – Igarassu – Pernambuco

ANEXO IX – Declaração de Independência da Proposta (Licitante Vencedora)

Apresentada a proposta para o *Registro de Preço* para fornecimento de material de expediente., o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF nº..... e RG nº....., como representante devidamente constituído da Empresa CNPJ nº sediada

doravante denominada Licitante, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: a) A proposta apresentada para participar do Pregão nº 005/2023 foi elaborada de maneira independente pela Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Nº 005/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Nº 005/2023 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Nº 005/2023, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Nº 005/2023 quanto a participar ou não da referida licitação;

d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas;

f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2023.

(assinatura do responsável)

ATENÇÃO:

1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente (contendo o CNPJ) e assinada ELETRONICAMENTE.